

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues (2008). *Documentação foraleira dionisina de Trás-os-Montes. Breve estudo e edição interpretativa*. Lisboa: Edições Colibri (Estudos e ensaios; 6). 280 pp. ISBN 978-972-772-757-5.

Documentação foraleira dionisina de Trás-os-Montes. Breve estudo e edição interpretativa, da autoria de Maria Olinda Rodrigues Santana, Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, publicado em Lisboa, pelas Edições Colibri, em 2008, vem dar continuidade a um projecto iniciado dois anos antes com a publicação de *Documentação dionisina do concelho de Vila Pouca de Aguiar. Edição, contextualização histórico-geográfica e estudo vocabular*, assinado quer por Maria Olinda Rodrigues Santana, quer por Mário José da Silva Mineiro (Lisboa, Edições Colibri, 2006). Trata-se de um volume mais extenso, de duzentos e oitenta páginas, mas que se norteia fundamentalmente pelo mesmo objectivo delineado com a publicação do primeiro: tornar disponível a um público-alvo mais vasto, através de uma edição interpretativa, os documentos foraleiros medievais concedidos pelo rei Dinis a todas as localidades situadas na região de Trás-os-Montes, entre 1285 e 1324, incorporando, por conseguinte, um mais alargado *corpus* de cento e dois textos organizados por dois distritos, de que foram excluídos os documentos senhoriais leigos e religiosos.

No tocante ao de Bragança (1285-1324), integra o foral de Rebordãos (1285), a carta de avença entre Dinis e o mosteiro de Castro de Avelãs (1285), o foral de Sanceriz (1285), o foral de Valverde (1285), o foral de Vila Franca (1286), o foral de Miranda do Douro (1286), o aforamento colectivo de Penas Róias (1287), o aforamento colectivo de Santulhão (1288), o aforamento colectivo de Pinelo (1288), o aforamento colectivo de Argoselo (1288), a carta de sentença entre Dinis e o mosteiro de Castro de Avelãs (1288), o foral de Frieira (1289), o foral de Gostei e Castanheira (1289), a carta de escambo de Outeiro de Muas por Gostei e Castanheira (1290), o foral de Outeiro e Muas (1290), o aforamento colectivo de Vale de Cadelas (1292), a carta de mercê de Miranda do Douro (1297), a carta de escambo de Caçarelhos por Sanceriz (1300), o aforamento colectivo de Vilar de Refóios (1301), o foral de Castro Vicente (1305), o foral de Arrufe (1308), o foral de Vale de Nogueira (1308), o foral de Viduedo (1308), o foral de Pombares (1308), o foral de Bemposta (1315), a carta de sentença entre o concelho de Castro Vicente e Chacim (1319), a carta de

sentença entre Dinis e o mosteiro de Castro de Avelãs (1319), a carta de mercê de Bemposta (1321), a carta de mudança de Mirandela (1282), o aforamento colectivo de Lagoaça (1286), o foral de Torre de D. Chama (1287), o foral de Vilarinho da Castanheira (1287), o foral de Vale de Prados (1287), o aforamento colectivo de Agrochão (1288), o foral de Ervedosa (1288), o aforamento colectivo de Vale de Telhas (1289), o foral de Mirandela (1291), a carta de avença entre o rei e o concelho de Mirandela (1293), a carta de doação de Torre de D. Chama a Mirandela (1293), o foral de Alfândega da Fé (1294), o foral de Vila do Conde (1296), a carta de foro de Cabeça de Conde (1299), o foral de Torre de D. Chama (1299), a carta de confirmação a mestre Julião (1299), a carta de mercê de Vilarinho de Castanheira (1299), a carta de doação a mestre Julião (1301), os forais de Sesulfe (1302), a carta de sentença entre Torre de D. Chama e Mirandela (1303), a carta de compilação entre Alfândega da Fé e Sambade (1309), a carta de mercê de Vila Paço (1310), a carta de mercê de Lomba (1311), o foral de Lomba (1324), os forais de Vila Flor ([1286] e 1286), o foral de Nozelos (1284) e a carta de mercê a Freixo de Espada à Cinta (1311).

No referente ao de Vila Real (1282-1321), integra o aforamento colectivo de Carvalhelhos (1288), o aforamento colectivo de Sessergo (1288), o aforamento colectivo de Curros (1288), o aforamento colectivo de Vilarinho (1288), o aforamento colectivo de Lavradas (1288), o aforamento colectivo de Mosteiró (1288), a carta de mercê de Chaves (1321), o aforamento colectivo de Carvalhais (1288), o aforamento colectivo de S. Mamede (1288), a carta de sentença de Paredes e Corvedo (1289), a carta de sentença entre os juízes de Montalegre e os homens de Capões (1289), a carta de sentença dos moradores de Lapela (1289), a carta de doação do concelho de Montalegre (1309), a carta de foro de Gralhas (1310), o aforamento colectivo de Bomsiso (1297), a carta de foro de Canedo (1308), a carta de confirmação de Vila Boa de Montenegro (1301), o foral de Vila Boa de Montenegro (1301), a carta de mercê a Vila Boa de Montenegro (1301), as cartas de procuração do concelho de Chaves para reaver o concelho de Montenegro (1302), a carta de mercê do concelho de Chaves (1302), a carta de doação ao concelho de Chaves (1302), o novo foral de Montenegro (1303), a carta de doação de Montenegro ao concelho de Chaves (1304), a carta de mercê do concelho de Chaves (1304), a carta de sentença do concelho de Chaves (1307), o aforamento colectivo de Ovelhã (1286), o aforamento colectivo de Calvos (1286), o aforamento colectivo de Soutelinho (1286), o aforamento colectivo de Freixeda (1286), o aforamento colectivo da Gralheira (1286),

o aforamento colectivo de Vila do Conde (1286), o aforamento colectivo de Tinhela (1288), o aforamento colectivo de Valoura (1290), a carta de doação de Jales a Maria Afonso (1304), o foral de Jales (1304), os forais de Vila Real (1289 e 1293), a carta de procuração de Vila Real (1304), o aforamento colectivo de Abaças (1285), a carta de contenda entre Dinis e o cabido de Braga (1282), o aforamento colectivo de Sanguinhedo (1286), a carta de foro de Murça (1304) e o foral de Faviaos (1284).

Os pergaminhos contendo estes textos conservam-se actualmente em diversos fundos arquivísticos dos AN/TT – este volume concentra-se sobretudo na reforma dos arquivos nacionais levada a cabo no reinado de Afonso V, mais concretamente entre as décadas de cinquenta e de setenta do século XV, pelo cronista régio e guarda-mor da Torre do Tombo, Gomes Eanes de Zurara, devido a queixas apresentadas em Cortes, em Lisboa, em 1459, da qual terá resultado o desaparecimento de vários livros de chancelaria medievais portugueses –, tendo sido parcialmente publicados, em edição paleográfica, por José Peixoto Pinto da Mota, por Ana Lúcia Pereira Costa e por Mário José da Silva Mineiro, nas Dissertações por estes apresentadas à UTAD, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Cultura Portuguesa, entre 2003 e 2004, intituladas *Documentação foraleira colectiva dionisina dos concelhos de Bragança, Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro; Documentação foraleira dionisina dos concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo e Vinhais. Contextualização histórico-geográfica e edição*; e *A documentação foraleira dionisina dos concelhos de Montalegre, Boticas, Vila Pouca de Aguiar, Ribeira de Pena, Chaves e Valpaços. Contextualização histórica e edição*, respectivamente. Alguns textos já haviam sido publicados por Maria Olinda Rodrigues Santana e Mário José da Silva Mineiro, em 2006.

O volume foi estruturado em dois capítulos: o primeiro, intitulado «Breve estudo»; e o segundo, «Edição interpretativa». No primeiro, apresenta-se um breve historial da reforma de Gomes Eanes de Zurara na Torre do Tombo, para depois se proceder, de uma forma genérica, à discriminação da tipologia foraleira medieval, e, de uma forma específica, à identificação da relacionada com a região de Trás-os-Montes; bem como à análise das implicações históricas decorrentes da concessão destes documentos a cada localidade – em grande medida relacionadas com a problemática do seu condicionalismo geográfico fronteiriço –, num dos subcapítulos de mais acessível leitura para o público-alvo a que a obra se destina. No segundo, elaborase a edição interpretativa dos cento e dois

textos acima mencionados, cinquenta e sete dos quais relativos ao actual distrito de Bragança, e quarenta e cinco, ao de Vila Real, sistematizados num quadro-síntese que antecede a edição interpretativa propriamente dita.

Tal como a autora nos explica na introdução ao volume, as circunstâncias em que este foi elaborado – projectos de investigação individuais que se traduziram na edição paleográfica dos documentos foraleiros nas três Dissertações de Mestrado em Cultura Portuguesa apresentadas à UTAD anteriormente citadas, utilizadas como base para a realização de uma edição semipaleográfica electrónica a ser incluída, em linha, no *Corpus diacrónico do Português*, no âmbito de um projecto de investigação mais vasto, dirigido por Mark Davies e Michael Ferreira, da Georgetown University, de Washington – são, em nosso entender, o motivo pelo qual este volume, ainda que adoptando a mesma linha metodológica do publicado anteriormente, fica claramente aquém dos objectivos propostos, pelo menos nos seus aspectos essenciais. Com efeito, este volume procura ser uma adequação de leituras paleográficas especializadas a um público-alvo que não detém conhecimentos técnicos aprofundados, pelo que a forma como os textos continuam a ser apresentados – ainda que mantendo a metodologia seguida no volume anterior, facto que, por si só, deve ser salientado como algo de positivo – se mostra de difícil leitura, quer pela quantidade de referências bibliográficas que antecedem a transcrição de cada texto, que muito facilmente poderiam ser resumidas a referências que facilitassem a confrontação do leitor com a mancha gráfica da página, quer pelos sinais braquigráficos utilizados ao longo da transcrição de cada texto, que, para além de manter a grafia do Português transmitida pelas cópias dos documentos da Chancelaria de Dinis elaboradas no século XV – o que, como é evidente, já levanta dificuldades para quem não está familiarizado com este tipo de leitura – se tornam desnecessários numa edição interpretativa cuja finalidade não se relaciona com critérios de fixação textual, naturalmente muito úteis para os especialistas em diplomática e paleografia, entre outros estudiosos com ligações ao mundo académico.

Estamos, por conseguinte, perante o segundo resultado editorial de um projecto científico que se espera vir a dar novos resultados num futuro próximo. Como é evidente, as metodologias seguidas nos dois volumes publicados, uma vez que já foram estabelecidos os pressupostos de edição interpretativa dos textos, deverão seguramente manter-se, alargando-se apenas o âmbito geográfico de estudo contemplado em cada volume. Os publicados em 2006 e 2008 primam pelo seu rigor metodológico, pelo que se aguarda a publicação de novos volumes preparados com as mesmas

coerência e consistência metodológicas. Não obstante – e esta é claramente uma questão de que não podemos passar ao lado, uma vez efectuada a sua leitura –, os volumes dados à estampa não conseguiram cumprir, pelo menos em parte, os objectivos a que os respectivos autores se propuseram com a sua elaboração. Diríamos até que o primeiro volume, de oitenta e oito páginas, conseguiu alcançar mais estes objectivos do que o segundo, de duzentos e oitenta: é evidente que o que está em causa não é o número de páginas que enforma cada volume, mas sim as que se reservam para a edição interpretativa dos documentos foraleiros medievais, por um lado, e as que se destinam à interpretação histórica e historiográfica desses mesmos documentos, por outro. No fundo, a parte que porventura mais interessará ao leitor a quem os dois volumes publicados se destinam.

MÁRIO DE GOUVEIA